



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

INTERVENÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA FILIPE JACINTO NYUSI, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE E CAMPEÃO AFRICANO PARA A GESTÃO DO RISCO DE DESASTRES NO EVENTO PARALELO DA 28ª CONFERÊNCIA DAS PARTES (COP28): DE SENDAI A PARIS: PROGRESSOS E LIMITAÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DE RISCOS DE DESASTRES E ADAPTAÇÃO AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM MOÇAMBIQUE

DUBAI, 1 DE DEZEMBRO DE 2023

Sua Excelência Azali Assoumani, Presidente da República da União das Comores e Presidente da União Africana;

Senhor Ajay Banga, Presidente do Grupo Banco Mundial;

Senhor Tanaka Akihiko, Presidente da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA);

Senhora Embaixadora Josefa Sacko, Comissária da União Africana para a Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Ambiente Sustentável;

Senhor Amjad Abbashar, Responsável do Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres;

Senhora Maimunah Mohd Sharif, Directora Executiva do UN HABITAT;

Digníssimos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Em primeiro lugar, gostaria de saudar todos os presentes e agradecer pela Vossa presença, neste evento paralelo, no âmbito da realização da COP28, dedicado à apreciação dos progressos alcançados por Moçambique, no quadro da Gestão do Risco de Desastres e da iniciativa de Aviso Prévio para Todos.

Endereço calorosas saudações e agradecimentos especiais aos membros do painel por aceitarem vir partilhar connosco o seu conhecimento e a sua experiência sobre o lema deste encontro.

Caros Convidados!

Combater as alterações climáticas é, quanto a nós, uma questão existencial como seres humanos. Ninguém se deve dar ao luxo de ignorar os sinais e as evidências que a ciência nos trás e continuar como se nada estivesse a acontecer.

Em Moçambique os impactos das alterações climáticas fazem-se sentir no dia-a-dia da população com eventos climáticos extremos e imprevisíveis, alarmantes e sem precedente.

É neste âmbito que, no quadro da Gestão do Risco de Desastres e em alinhamento com o quadro de Sendai, o país aprovou em 2017, o seu Plano director de gestão e redução de risco de desastres. Este é um instrumento que orienta sobre as grandes linhas de redução de risco de desastres e reforça o cometimento na adaptação e mitigação às mudanças climáticas.

Em 2022, aprovámos o Regulamento de Operacionalização da Plataforma Integrada de Disseminação e Comunicação de Informação de Aviso Prévio de Cheias e Ciclones. O aviso prévio deve merecer o primeiro destaque. O aviso prévio salva vidas e bens. As ameaças não se tornam em desastres se houver um bom sistema de aviso prévio e resposta antecipada.

Adicionalmente, o país investiu também na capacidade nacional de gestão do risco de seca, com o estabelecimento de um sistema de monitorias regulares e emissão de boletins mensais de alerta e na especialização do capital humano.

A nível dos tomadores de decisão, a gestão de desastres é sempre orientada por informação multisectorial de análise e mapeamento do risco ou das áreas afectadas, através dos Conselhos Técnicos de Gestão e Redução do Risco de Desastres. E, em casos extremos, para responder à necessidade de salvamento de pessoas sitiadas, o Governo conta com uma Unidade de Protecção Civil (UNAPROC).

Com vista a assegurar a prontidão e fortalecer a capacidade de resposta a nível local, Moçambique tem por tradição a realização de exercícios de simulação nas comunidades mais vulneráveis com maior potencial de ocorrência de desastres e de forma regular e coordenada com todos os actores chave.

A nível nacional, acreditamos que a promoção da resiliência deve ser integrada, não apenas no âmbito da gestão e redução do risco de desastres, mas também nos investimentos de adaptação e de promoção do desenvolvimento.

O nosso esforço de mobilização de recursos é focalizado, ao longo dos próximos tempos, para dois aspectos importantes:

O primeiro - ligado ao aviso prévio nas componentes de Expansão da cobertura para todas as comunidades vulneráveis de forma inclusiva, isto é, atender as crianças, pessoas com deficiência, idosos, mulheres e também no aperfeiçoamento das tecnologias empregues para previsões.

O segundo aspecto é relativo a infra-estruturas resilientes.

O Quadro de Sendai para Redução de Risco de Desastres 2015-2030 desafia os países a investirem em inovações, com ênfase para a necessidade de se imprimir uma gestão proactiva de riscos de desastres, em oposição à abordagem tradicional de gestão reactiva de desastres. É dentro deste quadro que estamos a avançar na construção de escolas e hospitais seguros, com uma visão de expandir a outras infra-estruturas que sejam erguidas no país, quer com fundos públicos, como privados.

Excelências!

À semelhança das COPs, o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres prevê a Revisão Intercalar da Implementação do Quadro de Sendai 2015-2030, como uma oportunidade para os Estados e as partes interessadas reverem e corrigirem o curso.

Moçambique é um dos 23 Estados Membros que expressou, ao mais alto nível, o interesse em participar voluntariamente no processo de avaliação intercalar do Quadro de Sendai em Moçambique. Este processo de revisão contou com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Esperamos que as recomendações a serem sugeridas tanto no relatório de Moçambique, assim como no Relatório Global sobre a Revisão Intercalar da Implementação do Quadro de Sendai para Redução de Risco de Desastres 2015-2030, sejam tomadas em conta durante as diferentes análises e negociações da COP28.

Como país, esperamos que a presente COP28 resulte em compromissos internacionais e financeiros ousados com vista a galvanizar os esforços dos países em desenvolvimento, especialmente na componente da padronização da avaliação de perdas e danos pós-desastres, necessária para determinar o valor a alocar para a resposta humanitária.

A nossa experiência de gestão de desastres evidencia que, para além de perdas económicas e danos infra-estruturais, é importante considerar também danos no património histórico-cultural, a ruptura da organização social, bem como a componente de trauma pós-desastres que impacta, não só a população afectada, como também o pessoal técnico que trabalha na resposta a emergências.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

O ditado popular que diz: *“Mais vale prevenir do que remediar”*, mostra-se pertinente para a salvação da natureza.

Obrigado pela atenção!